

W. Harvey, o médico que, em 1628, fez a descoberta mais inovadora no quadro da Revolução Científica dos sécs. XVI-XVII: a circulação do sangue (no entanto, a figura de Hipócrates permaneceria intocável, enquanto referência matricial de toda a medicina). No caso português, é um médico luso-afro-brasileiro, José Pinto de Azeredo (1764-1810), que, na transição do séc. XVIII para o séc. XIX, assume a crítica frontal do hipocratismo. O anti-hipocratismo do autor está bem expresso na Oração de Sapiência proferida por ocasião da abertura do ano letivo de 1791-1792 na Escola Médica, recém-criada pelo próprio, em Luanda: “Os escritos que passam debaixo do nome de Hipócrates, tendo algum valor pela exatidão na coleção dos factos, contudo a sua ciência em anatomia era quase nenhuma; as suas explicações fisiológicas eram ridículas; as suas ideias de concocção e expulsão de matéria morbífica para curar as enfermidades faziam a sua prática necessariamente tímida e fraca” (AZEREDO, 2014a, 18). A crítica aos textos hipocráticos é renovada na *Isagoge Patológica*, redigida em 1802; no entanto, ela é aqui acompanhada do reconhecimento da importância do “imortal Hipócrates, Pai da Medicina” (*Id.*, 2014, 34): “Se a anatomia de Hipócrates é nenhuma, se a sua fisiologia é frívola, se a sua prática é tímida e frouxa, não se deve atribuir à falta de talentos, mas sim às trevas do século. O Pai da Medicina é reconhecido por todo o Mundo!” (*Id.*, *Ibid.*, 35).

A partir do início do séc. XVIII, há transformações decisivas, tanto no domínio teórico como no prático, que afastam a medicina da matriz hipocrática. É o caso da mudança introduzida pela vacina, cuja prática se impôs graças à persistência de Eduard Jenner (1749-1823), e que assenta num princípio, oposto ao hipocrático, segundo o qual os contrários se curam

com os contrários, tratando-se de inocular o agente patogénico numa pessoa saudável, a fim de que o seu organismo reaja e crie resistências contra a doença que se visa prevenir. Por seu lado, a descoberta da célula por Schleiden e Schwann (1838) rompe com a conceção humoralista, ao estabelecer que o composto vivo é constituído por unidades elementares da mesma natureza.

Não obstante a profunda renovação da ciência e da arte médica, de cujo exercício a componente tecnológica se tornou parte integrante, o facto é que Hipócrates se manteve como fonte de inspiração de várias práticas clínicas tidas como boas.

Bibliog.: AZEREDO, José Pinto, *Isagoge Patológica do Corpo Humano*, ed. lit. António B. Oliveira e Manuel S. Marques, Lisboa, Colibri, 2014; *Id.*, *Tratado Anatómico dos Ossos, Vasos Linfáticos e Glândulas. Antecedido da Oração de Sapiência Feita e Recitada no Dia 11 de Setembro de 1791*, ed. lit. Júlio Costa, Lisboa, Colibri, 2014a; BAGLIVI, Giorgio, *Opera Omnia Medico-Practica*, 8.ª ed., Lugduni, Sumptibus Anisson, & Joannis Posuel, 1714; CASTRO, Rodrigo de, *O Médico Político ou Tratado sobre os Deveres Médico-Políticos*, Lisboa, Colibri, 2011; COUTO-SOARES, Maria Luísa (org.), *Hipócrates e a Arte Médica*, Lisboa, Colibri, 1999; JOUANNA, Jacques, *Hippocrates*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2001.

ADELINO CARDOSO

Anti-historicismo

Indagar o significado do termo “anti-historicismo” é, numa primeira aproximação, admitir sobreposição entre anti-historicismo e anti-histórico. Um dos condicionamentos da ciência histórica é devido à ausência e à autenticidade de fontes, de que resultam prejuízos para a recolha de testemunhos, a seleção de dados, o cruzamento e a interpretação de informação, a constituição da narrativa histórica. Neste sentido, a destruição intencional ou por incúria de testemunhos historiáveis é um comportamento anti-histórico que, em algumas circunstâncias, corresponde a um anti-historicismo. Por contraponto, a situação epistémica de construção de novas fontes e de apropriação de linguagens não verbais, designadamente em história da educação, além de comportar olhares desconstrutivistas da narrativa histórica tradicional e de favorecer a fragmentação do objeto epistémico, conduz, não raro, a novos historicismos. No mesmo sentido, o relativismo que subjaz a algumas perspetivas pós-modernistas, mais do que um anti-historicismo, introduz frequentemente um quadro de negação da história.

Agregadas ao anti-historicismo estão as noções de “fim da história” e de “saída da história”, para fazermos uso de duas expressões a que recorreu Henri Lefebvre em *O Fim da História*. A expressão “o fim da história” comporta um paradoxo, posto que sem o estabelecimento do “fim” não haverá sentido, pois que o sentido comporta um *terminus* e uma direção. Correlativamente, não há história senão na continuidade. O fim é condição de histo-

ricidade. Sem historicidade há caos, um não significado. Hegel e, na sequência, Marx (ao proclamar a rutura do capitalismo e da sociedade de classes, e ao perspetivar o socialismo e o comunismo) abriram um horizonte para a história, mas condicionaram-lhe o sentido. Como bem resume Francis Fukuyama em *O Fim da História e o Último Homem*, “tanto Hegel como Marx acreditavam que a evolução das sociedades humanas não era ilimitada, mas que terminaria quando a humanidade conseguisse atingir uma forma de sociedade que satisfizesse as suas mais profundas e fundamentais aspirações. Os dois pensadores postulavam, pois, um ‘fim da história’; para Hegel era o estado liberal, enquanto para Marx era uma sociedade comunista” (FUKUYAMA, 2011, 14).

Na mesma linha de pensamento de Hegel e Marx, Nietzsche, ao admitir a “saída da história”, abriu lugar à utopia humana. Mais próximo de nós, Francis Fukuyama, em face do triunfo da livre concorrência e do capitalismo, referiu-se a um quadro de pessimismo e proclamou “o fim da história”. Em seu entender, “o século xx, pode-se dizê-lo, fez de todos nós profundos pessimistas históricos” (*Id.*, *Ibid.*, 27). Tal pessimismo contrasta com o otimismo do séc. XIX e “nasceu de duas crises separadas, mas paralelas: a crise da política do séc. xx e a crise intelectual do racionalismo ocidental” (*Id.*, *Ibid.*, 34).

A objetividade da história, assegurada por metucioso labor historiográfico ou fruto de uma apurada reinterpretção filológica, não assegura a conformidade histórica. Mas também o relativismo extremo de algumas tendências pós-modernistas não só não impede falsificações da história, como não favorece critérios objetivos, cuja interpretação vá para além do político, do ideológico, do estético.

No manifesto *Opúsculos sobre a História* (1775), Immanuel Kant, ao referir que

entendia por história “o inquerito” à gesta e ao processo evolutivo da humanidade, distanciou-se e opôs-se explicitamente ao pessimismo e ao decadentismo que Jean-Jacques Rousseau expressou quer em *Discours sur les Sciences et les Arts* (1750), quer, posteriormente, em *Émile ou de l'Éducation* (1762). Rousseau havia criticado Voltaire e Montesquieu, cujas obras continham uma visão progressiva da história; ao contrário, referia-se à natureza e a algumas sociedades da Antiguidade clássica como exemplos de perfeição que vieram a perecer às mãos do que é tomado como progresso histórico. Para Kant, importava estabelecer o legado evolutivo da humanidade, pois este constituía a distância entre barbárie e civilização, não bastando, para tal, a rememoração de regimes ou os êxitos assinalados pela cronística.

Robert Darnton enuncia como tese que “uma das tarefas mais importantes da Revolução francesa consistiu em reescrever Molière”; Darnton admite assim o que designa de “revolução literária de 1789” (DARNTON, 2003, 165). Tal reescrita dá curso à oposição entre um “velho” sistema literário e uma “nova” cultura política (*Id., Ibid.*, 191). Essa distinção é também a que opõe Montesquieu e Voltaire, a um lado, e Rousseau, a outro. Montesquieu, peregrinando durante 28 anos pelas principais cidades e cortes da Europa, reconstituiu os diferentes regimes jurídico-administrativos, registando e comparando para cada um deles a constituição político-administrativa, a atualidade e a história, entre outros aspetos. Voltaire, no mesmo registo de positividade histórica, apresentou as Luzes e o classicismo da arte como indicadores de progresso e aperfeiçoamento da humanidade. A Voltaire se deve a proclamação de que os povos e os continentes sem escrita são também povos sem história. Rousseau reagiu frontalmente, argumentando quanto tal história tinha

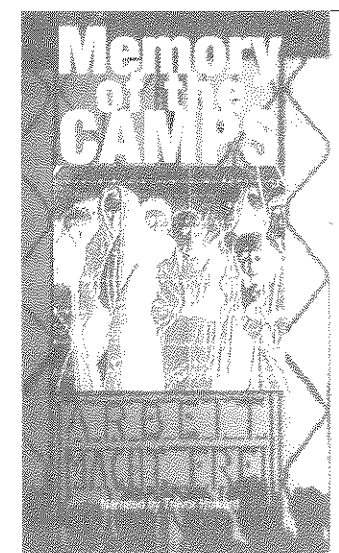
de injusto e de arbitrário. Retomando e criticando Herder, Kant e, pelo mesmo período, o marquês de Condorcet (que sistematizou uma evolução do espírito humano) afirmaram a história como realização e discurso da evolução da humanidade, da civilização ocidental, das nações, dos indivíduos.

O séc. XVIII comporta ainda outra perspectiva, que é a de negação da história. Ilustremo-la através de *O Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no Tempo da Invasão dos Denominados Jesuítas e dos Estragos Feitos nas Ciências, nos Professores e Directores Que a Regiam pelas Maquinações, e Publicações dos Novos Estatutos por Eles Fabricados*, publicado em 1771, título que deixa manifesto o regresso no tempo. Com efeito, esta publicação refere-se ao processo pelo qual os Jesuítas passaram a dirigir a Univ. de Coimbra, deduzindo um sucedâneo de mutações sem uma efetiva reconstituição da realidade histórica que medeia entre 1551 e 1771. Escrito num registo de libelo acusatório, aquele *Compêndio* nega dois séculos de história da Univ. de Coimbra, ou misturando os campos em que os Jesuítas intervieram, ou apagando a ação que desenvolveram naquela Universidade.

Também o oitocentismo foi marcado por visões contraditórias. Por um lado, deve-se-lhe um historicismo estreito, com vista à afirmação das nacionalidades e dos patriotismos territoriais, integradores, sobrepondo os valores pátrios à especificidade cultural e aos regionalismos. Por outro lado, a publicação do *Manifesto Comunista* (1848) e a afirmação do 4.º Estado, com movimentações cumulativas de internacionalização, acentuaram a rutura da história. Correlativamente, o expansionismo e a afirmação do etnocentrismo ocidental, desenvolvimentista e hegemónico, não apenas ignoravam, como também negavam o reconhecimento e o direito

à história, para os períodos anteriores à economia-mundo ocidental. A sistemática positivista, combinando história, sociologia e ideologia, favoreceu o historicismo e legitimou o confronto de imperialismos, a redistribuição do mundo, a formação de blocos bélicos. A mundialização da guerra, na transição de Oitocentos e nas primeiras décadas do séc. XX, visou a consagração da hegemonia ocidental. Do quadro de referência do oitocentismo fazem também parte o decadentismo e o nihilismo radical. Estes movimentos acentuaram-se na transição para o séc. XX, em resultado da afirmação das ciências humanas, que traziam novos requisitos ao campo da “humanidade” e legitimavam a denúncia da vulgarização a que a massificação cultural-escolar tinha votado o classicismo.

Uma modalidade de anti-historicismo é o esquecimento. Na sequência da Segunda Guerra Mundial, não mais serenaram os movimentos de limpeza da memória histórica. As atrocidades nazis e pró-nazis da Segunda Guerra Mundial, em que o genocídio foi usado para exterminação racial, denunciadas por escritores como Primo Levi e Jorge Semprún, cedo geraram polémica entre os historiadores. Não faltam movimentações ideológicas e propagandísticas que intentam negar as evidências que os vestígios materiais e documentais do sofrimento humano não permitem ignorar. Nesse aspeto, é paradigmático o silêncio a que, durante 70 anos, foi votado o documentário *Memória dos Campos*, de Alfred Hitchcock, elaborado em 1945. Com efeito, só em 2014 este testemunho sobre as atrocidades nazis nos campos de concentração de Auschwitz, Bergen-Belsen, Buchenwald e Dachau foi restaurado e tornado público, sob a designação de *Documentário sobre Atrocidades Nazis*. A negação do Holocausto, por desconhecimento, esquecimento ou argumentação premeditada desenvolvida



Memory of the Camps, de Alfred Hitchcock.

por publicistas e historiadores, foi objeto do livro *Denying the Holocaust. The Growing Assault on Truth and Memory*, da autoria de Deborah E. Lipstadt, publicado aquando da inauguração, em 1993, do United States Holocaust Memorial Museum. Nas palavras de Richard Evans, Deborah Lipstadt “põe a nu alguns dos aspetos mais problemáticos do impacto do hiper-relativismo, construindo uma narrativa sóbria e documentada sobre a história das tentativas, agora efetivamente organizadas sob a forma de um movimento, de negar a realidade dos campos de concentração de Hitler e as mediadas que conduziram à sua ordenação” (EVANS, 2000, 287).

A historiografia da ciência é um campo onde as correntes alinhadas com a filosofia, favoráveis à construção de conjunturas que se caracterizam por teorias fortes, pois que conciliam conceptualização, contextos e circunstâncias históricas, tendem a contrapor-se aos defensores do evolucionismo empírico.

Um dos casos mais difundidos está ligado à publicação, em 1962, do livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*, em que

o autor, Thomas Kuhn, rompeu com o historicismo, tal como era apresentado nos manuais de ciência, para afirmar um conceito de ciência “que emerge do registo histórico da própria atividade da investigação científica” (KUHN, 2009, 20). As dificuldades da investigação histórica em isolar as invenções e descobertas são também as de assegurar um processo cumulativo dessas mesmas contribuições, pelo que, em face de tais dificuldades, Kuhn admite que se esteja perante “uma revolução historiográfica no estudo da ciência, embora esta esteja ainda numa fase inicial” (*Id., Ibid.*, 22).

Prosseguindo o debate sobre a história e a filosofia da ciência, Kuhn, na conferência “O problema com a filosofia da ciência histórica”, que proferiu em Harvard a 19 de novembro de 1991 e que está publicada em *O Percurso desde a Estrutura. Ensaios Filosóficos (1970-1993) e Entrevista Autobiográfica*, veio esclarecer que a sua teorização sobre a noção de paradigma não rompeu com uma perspetiva histórica; pelo contrário, contém-na. Ressalvava, no entanto, que tal perspetiva histórica não incluía necessariamente uma referência a factos. E explicitava: “Dado aquilo que designarei por perspetiva histórica, é possível obter muitas conclusões fundamentais a que nós chegámos através de um mero vislumbre ao próprio registo histórico” (*Id.*, 2011, 107). Explicitava Kuhn que tinha analisado o registo histórico como produto “de uma tradição filosófica que considerava a ciência um corpo estático de conhecimento” (*Id., Ibid.*). Em consequência do seu próprio estudo sobre os “factos históricos” criou uma imagem dinâmica, transformando a “ciência num empreendimento ou numa prática em constante evolução, [...] [podendo] muitas das conclusões mais fundamentais [...] ser deduzidas diretamente a partir dos primeiros princípios. [...]

Abordá-las desta forma reduz a aparente contingência” (*Id., Ibid.*).

A introdução do contextualismo na história do pensamento, associada à multiplicidade dos atos da linguagem aperfeiçoados pelas circunstâncias e pelos utilizadores, constitui um dos principais contributos da Escola de Cambridge, muito especialmente por parte de J. G. A. Pocock e de Quentin Skinner. A eles se deve uma crítica ao historicismo das ideias. A contextualização associada aos jogos da linguagem é particularmente acentuada pelo método implementado por Quentin Skinner, como ele próprio esclarece no prefácio a *The Foundations of Modern Political Thought*, a propósito das principais figuras da época, tais como Maquiavel, Erasmo, More, Lutero e Calvino: “Eu tentei não me concentrar nos teóricos principais de forma tão exclusiva e, pelo contrário, centrei-me na matriz social e intelectual mais geral que deu origem às suas obras. Começo por discutir o que considero como as características mais relevantes das sociedades nas e para as quais tinham escrito originariamente” (SKINNER, 2012, X-XI).

Centrada na norma e acentuando mudanças e ruturas, no ensejo de fundamentar a inovação pedagógica e de justificar o reformismo que caracteriza as políticas educativas desde meados do séc. XIX, a narrativa educativa tende a reconstituir e a estabelecer um sentido para o historicismo educativo e escolar, tomando-o como retrógrado e imobilista. Neste sentido, a narrativa historiográfica educacional, ao assumir a denúncia do imobilismo, constitui frequentemente uma manifestação anti-historicista, pois que torna despidendo o labor historiográfico, com repercussões na desvalorização das fontes históricas e do património educativo.

Todavia, como a mudança educativa, nas sociedades, nas instituições, nos

indivíduos, se opera e avalia em função do passado, do instituído, tende a ser gerado e preservado um historicismo que configura a norma como imobilismo e em que, não raro, a conformação educativa e cultural emerge como um *continuum* de intensidade e expansão.

Tal historicismo é, a seu modo, anti-história. Objeto de história são as mudanças e as permanências, mas o enfoque da mudança tende a acentuar ruturas, a recriar géneses, a projetar processos e produtos que frequentemente não encontram tradução na realidade e que, funcionando como modelos interpretativos, impedem o diagnóstico e fragilizam a racionalidade, distanciando teoria e prática.

A história da educação em Portugal apresenta momentos críticos que, ao não serem estudados com rigor e abertura ideológica, tornam inteligíveis e despidas de sentido as conclusões historiográficas. Um desses períodos reporta à conjuntura reformista de meados do séc. XIX. O quadro de mudança foi aberto com a reforma de Costa Cabral (1844), que tem sido tomada como conservadora. Tal conotação tem impedido um estudo apurado e consequente das transformações decisivas que tiveram lugar nas décadas imediatas. De modo análogo, torna-se fundamental aprofundar o conhecimento histórico sobre o quadro de experimentação pedagógica criado pelo dec. Lei n.º 47.587, de 10 de março de 1967. Os ensaios pedagógicos, de âmbito curricular, metódico, institucional, inter e transdisciplinares, que então ocorreram são fundamentais para a compreensão da reforma de Veiga Simão e tiveram implicações diretas nas decisões políticas que marcaram a revolução democrática. Se a sequência de programas curriculares dá nota de uma instabilidade, a mudança gradual dos manuais comprova que a reforma pedagógica começou antes da revolução política. Não reabrir a

historiografia corresponde não apenas a silenciar a memória como a comprometer a história.

Orientada para o futuro, realizada no presente e suportada na revisitação do passado, toda a educação mergulha no paradoxo de ganhar o futuro, agindo no presente e sobre o presente. Neste presente-futuro, o passado, o instituído, a norma não são passivos, são meios, e a convenção e a apropriação educativas só ganham consistência na (re)significação do passado. A inevitabilidade da história da educação traz um anti-historicismo, mas não configura de si o “fim da história”, nem poderá ser confundida com o “fora da história”.

Bibliog.: *O Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no Tempo da Invasão dos Denominados Jesuítas e dos Estragos Feitos nas Ciências, nos Professores e Directores Que a Regiam pelas Maquinações, e Publicações dos Novos Estatutos por Eles Fabricados*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1972; DARNTON, Robert, *El Coloquio de los Lectores*, México, Fondo de Cultura Económica/Espacios para la Lectura, 2003; EVANS, Richard J., *Em Defesa da História*, Lisboa, Temas e Debates, 2000; FUKUYAMA, Francis, *O Fim da História e o Último Homem*, 4.ª ed., Lisboa, Gradiva, 2011; KANT, Emmanuel, *Opuscles sur l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1990; KUHN, Thomas, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Lisboa, Guerra e Paz, 2009; *Id.*, *O Percurso desde a Estrutura. Ensaios Filosóficos (1970-1993) e Entrevista Autobiográfica*, Porto, Porto Editora, 2011; LEFEBVRE, Henri, *O Fim da História*, Lisboa, Dom Quixote, 1971; LIPSTADT, Deborah E., *Denying the Holocaust. The Growing Assault on Truth and Memory*, New York, Free Press, 1993; MAGALHÃES, Justino, *Da Cadeira ao Banco. Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX)*, Lisboa, Educa, 2010; SKINNER, Quentin, *The Foundations of Modern Political Thought*, vol. 1, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.